

Ataque direto de Galvésias à prática protecionista

Da sucursal de
BRASÍLIA

Ao falar ontem para cerca de 50 empresários do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (Cicyp), o ministro da Fazenda, Ernane Galvésias, fez severas críticas ao nacionalismo econômico e ao protecionismo praticados pelas grandes nações, num ataque direto, mas sem mencionar seus nomes, aos Estados Unidos e aos países da Comunidade Econômica Européia (CEE), que ameaçam impor novos direitos compensatórios sobre as exportações de produtos brasileiros. "A prática dos chamados impostos compensatórios e das ações 'antidumping' tem representado uma enorme injustiça contra os países em desenvolvimento" — afirmou.

Para Ernane Galvésias, é "lamentável que países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, cuja participação no comércio mundial mal atinge 1%, tenham de pagar o preço da imposição de políticas restritivas em alguns países desenvolvidos, destinadas muitas vezes a manter artificialmente indústrias obsoletas, através da imposição de barreiras de toda ordem às nossas exportações".

Falando sobre "integração econômica das Américas", no auditório do Ministério das Relações Exteriores, o ministro disse que as práticas protecionistas não podem ser apresentadas como bons exemplos de cooperação internacional. O Cicyp, que ontem completou 40 anos de existência, é um colegiado formado por empresários da América Latina, Estados Unidos, Canadá, Portugal e Espanha, dos setores industrial, comercial, agrícola, de serviços e financeiro.

Galvésias, que fez uma curta palestra, utilizando a grande parte de suas seis páginas para culpar as nações industrializadas pelo recrudescimento do protecionismo, afirmou que a condição de país desenvolvido, quando comparada a dos países em desenvolvimento, no contexto do comércio internacional, traduz uma enorme desigualdade em termos de competição.

Ele acha que só o fato de os países desenvolvidos terem amplo acesso às mais avançadas tecnologias, às abundantes e sofisticadas fontes de capital e de

financiamentos e contarem com modernos e eficientes meios de transporte, comercialização e comunicações, constitui "uma soma de incentivos e de reais vantagens adicionais, muito maiores do que qualquer soma de incentivo que qualquer país em desenvolvimento, como o Brasil, jamais tenha sido capaz de conceder a seus exportadores".

ENFRAQUECIMENTO

Criticou, também, o fato de os países desenvolvidos freqüentemente tomarem por subsídio o que é uma mera medida cambial, que ele considera legítima ou, ainda, classificarem essa medida como "aviltamento internacional de preços de certas matérias-primas", o que na verdade é uma consequência do enfraquecimento dos mercados externos. Lembrou que este último fator só serve para enfraquecer os preços e favorecer os consumidores que importam os produtos brasileiros. "Os países novos, que estão procurando um lugar ao sol nos mercados internacionais — disse — necessitam, por tempo determinado, de algum nível de subsídios suficientes para assegurar aos seus exportadores uma mera igualdade de competição com os países tradicionais."

Disse que o Brasil está satisfeito em conviver com as novas regras do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), que procura suprimir progressivamente os subsídios ao comércio exterior, mas ressaltou: "Nós não estamos satisfeitos é com a atitude de alguns grandes países industrializados, compradores de nossas matérias-primas e de outros produtos, especialmente semimanufaturados, em persistirem na aplicação, contra aqueles subsídios em extinção, dos mesmos mecanismos de proteção tradicional". É preciso, segundo Galvésias, que as normas de acordos internacionais, como as do Gatt, não sejam contrariadas por práticas internas.

No entender do ministro numa conjuntura internacional marcada por uma prolongada recessão caberia procurar, no âmbito da cooperação entre as nações, formas adequadas de relacionamento que assegurassem benefícios para todos, por meio de uma maior integração, como a ampliação dos mercados, a associação de investimentos, acesso à tecnologia e à mobilização de recursos externos.